

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Sentimento de vingança

Uma parte do Parlamento não se convenceu de que o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), quer promover uma reforma no Judiciário. Depois de tantos mandados com alvo em emendas parlamentares, concessão de habeas corpus que frustraram comissões parlamentares de inquérito (CPI) e revogações de quebra de sigilos, a classe política está com o nariz virado para a Corte.

Questão de protagonismo

Muitos parlamentares afirmam em conversas mais reservadas que o artigo de Dino no site ICL Notícias foi uma coleção de palavras ao vento. E dizem que o movimento de reformar precisa partir do Congresso. Se ninguém baixar as armas para dialogar, vai ficar difícil promover uma reforma profunda.

O debate é lá

Para aprovar rapidamente a admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do fim da escala de trabalho 6 x 1 na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), apelou aos parlamentares para que deixem emendas e polêmicas para a comissão especial que analisará o mérito do texto. A maioria topou.

Liberdade e trabalho

O deputado Luiz Gastão (União-CE), por exemplo, prepara um voto separado, assegurando a liberdade de definição dos dias de trabalho — ele considera inconstitucional a proibição de trabalho em qualquer dia da semana, inclusive aos domingos. O parlamentar avalia agora se apresentará o texto na futura comissão especial. Motta ainda não definiu a data da instalação.

Corrida pela delação premiada

Enquanto a Polícia Federal (PF) não tem nenhum sinal de uma possível delação do ex-presidente do BRB, Paulo Henrique Costa, o advogado Daniel Lopes Monteiro se adiantou e se prepara para negociar sua possível delação. Ele é acusado de montar o esquema de ocultação de patrimônio e lavagem de dinheiro entre o ex-banqueiro Daniel Vercaro e PHC, além de maquiar as carteiras podres do Banco Master.

Mina de informações/ Investigadores acreditam que se Daniel fez esse trabalho para PHC, é possível que tenha feito para outros clientes. E, assim, sua delação pode trazer peças capazes de ajudar a PF a completar o quebra-cabeças. Caso Vercaro e o ex-presidente do BRB não se apressem e ofereçam algo maior, Monteiro pode acabar se beneficiando mais.



CURTIDAS

Instagram pessoal



União no RS/ O presidente do PT, Edinho Silva, aos poucos vai fechando os palanques estaduais do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. No Rio Grande do Sul, onde havia um estica-e-puxa pela cabeça de chapa, Edegar Preto (PT) será o vice de Juliana Brizola (PDT). E o PSol garantiu a vaga de Manuela d'Ávila (foto) ao Senado — maior prioridade do partido — junto com Paulo Pimenta (PT). O diretório petista aceitou o arranjo antes que houvesse intervenção na decisão da regional.

Todos contra a direita/ Os partidos de esquerda se acertaram no Rio Grande do Sul depois de perceberem que, separados, ampliavam as chances de a direita ganhar tudo. Agora, unidos, os aliados de Lula vão tentar conter o avanço da chapa encabeçada pelo deputado federal Zucco (PL).

Hora de fiscalizar/ É hoje o seminário “Emendas Parlamentares em foco: Transparência, Rastreabilidade e Responsabilização”, organizado pelo Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE). Além do debate, o movimento apresentará um projeto de lei de iniciativa popular (PLIP) para aprimorar a transparência e controle de emendas. O evento será na sede do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), das 9h às 12h.

Colaborou Renato Souza

PODER

PCC é como as máfias, diz jornal

Comparação é do *Wall Street Journal*, que adverte para avanço da facção nos EUA e reforça pressão para torná-la terrorista

» RENATO SOUZA

O Primeiro Comando Capital é, atualmente, comparável às máfias italianas em termos de capilaridade, força e influência, e estaria “reformulando os fluxos globais de cocaína da América do Sul para os portos mais movimentados da Europa, avançando em direção aos Estados Unidos”. A análise é do jornal norte-americano *The Wall Street Journal* publicada no momento em que integrantes do governo de Donald Trump pressionam para enquadrar o PCC e o Comando Vermelho (CV) como organizações terroristas, que ameaçariam a integridade dos Estados Unidos.

Segundo a reportagem, o PCC participaria do crime nos estados da Flórida, de Nova York, de Nova Jersey, de Connecticut e do Tennessee. Afirma, ainda, que a facção tem 40 mil membros e está em 30 países dos cinco continentes. “Os membros do PCC mantêm

um perfil discreto e empresarial, buscando fortuna, não fama. Novos integrantes aderem a um rígido código interno de conduta, e seus rituais de ingresso às vezes são realizados por videoconferência”, destaca o texto.

O jornal ressalta a resistência do governo brasileiro em classificar o PCC e o CV como terroristas. Isso porque a inclusão das duas facções no rol das organizações que ameaçam a integridade norte-americana abriria espaço não somente para sanções econômicas contra o país e empresas nacionais, mas, também, justificaria ações militares — como a que foi fachada do sequestro do ditador venezuelano Nicolás Maduro e da mulher, Cília Flores, para serem julgados nos EUA. Segundo a administração Trump, o então governo de Caracas daria cobertura ao Cartel de Los Soles e à facção Tren de Aragua.

Ao *Correio*, Fábio de Sá e Silva, professor da Universidade de Oklahoma (EUA), destaca que outras nações têm

responsabilidade pelo avanço dos negócios da facção. “A questão é como isso deve ser enfrentado. Se o PCC investe nos EUA, é porque há lacunas na legislação americana que permitem isso, que não devem ser aproveitadas apenas pelo PCC”, afirmou.

Para o professor, “a designação do PCC e outros como terroristas é péssima, pois cria riscos para o país e o sujeita a ações extraterritoriais”.

Com o intuito de evitar que o PCC e o CV sejam classificados como terroristas, o Brasil oficializou com os EUA um acordo de cooperação contra o crime organizado, o tráfico de armas e a lavagem de dinheiro. A parceria pretende fortalecer o rastreamento de atividades ilícitas transnacionais e aumentar a segurança nas fronteiras dos dois países. Uma das iniciativas prevê que a Receita Federal e agências de fronteiras norte-americanas (como a Customs and Border Protection/CBP) compartilharão dados em tempo real sobre cargas aéreas e marítimas.

Reprodução/Redes sociais



Segundo a reportagem, a facção está nos cinco continentes e, aos poucos, avança em território norte-americano

Reprodução de vídeo



Eva também reclamou que juízes estão sendo vistos como inescrupulosos

JUDICIÁRIO

Juíza: restrição salarial equivale a escravidão

A desembargadora Eva do Amaral Coelho, do Tribunal de Justiça do Pará (TJ-PA), comparou a redução dos “penduricalhos” — conforme determinado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) — ao regime de escravidão. O comentário da magistrada foi na sessão presencial da 3ª Turma de Direito Penal, em 9 de abril.

“Nós não temos direito mais a auxílio-alimentação, não temos direito a receber uma gratificação por direção de foro. Enfim, daqui a pouco a gente vai estar no rol daqueles funcionários que

trabalham em regime de escravidão”, comparou.

A decisão do STF restringe a concessão dos benefícios para juízes e integrantes do Ministério Público Federal (MPF) e causou reações de entidades que representam as duas categorias. Porém, dados do Portal da Transparência mostram que a desembargadora recebeu, em março, remuneração bruta de R\$ 117.863,72. Com os descontos resultantes de impostos, o valor líquido repassado à magistrada foi de R\$ 91.211,82.

Para a desembargadora, em breve juízes não terão como pagar as contas. Afirmou, ainda, que alguns magistrados estão cancelando consultas médicas por não terem como pagar. “Hoje, a gente vive uma tensão enorme, porque não teremos, em algum tempo, como pagar nossas contas. Coletas estão deixando de frequentar gabinetes de médicos porque não vão poder pagar a consulta. Outros estão deixando de tomar remédios”, disse, acrescentando que “os juízes, hoje, estão sendo

vistos como bandidos, como pessoas sem escrúpulos”.

Em março, o Supremo decidiu, por unanimidade, restringir pagamentos extras a magistrados e membros do MPF. A determinação é que o teto constitucional, de R\$ 46,3 mil, deve ser respeitado na definição de benefícios. Apenas verbas indenizatórias previstas em lei poderão ser pagas.

A soma dos pagamentos extras não poderá ultrapassar 35% do valor correspondente ao salário dos ministros do Supremo. (RS)